

# Três caminhos para a dívida

O historiador norte-americano e brasilianist Thomas Skidmore cunhou uma frase que é mais ou menos óbvia para todos aqueles que investigam a história do Brasil. Escreveu ele: "Desde que conquistaram sua independência política em 1822, os brasileiros se viram obrigados a condicionar suas decisões políticas aos imperativos decorrentes de suas dívidas externas".

Essa observação se aplica novamente ao momento em que estamos vivendo, em que o ministro Delfim Netto reconhece que o problema da dívida externa, muito mais que o da inflação, é que está determinando os rumos da política econômica brasileira. "Temos que cortar tudo o que for supérfluo, para pagar nossa dívida. É a necessidade de saldá-la, e não outra coisa, que está na raiz de nossos problemas de hoje", afirmou ele.

Realmente, foram-se os tempos em que os porta-vozes do regime militar diziam taxativamente que a dívida não constituía nenhum problema. Isso porque a suicida política do regime militar de "crescimento com endividamento", dos anos do "milagre", transformou-se hoje em "recessão com mais endividamento".

Além disso, no processo de crise por que passa hoje a economia capitalista mundial, um dos fenômenos de maior impacto para países subdesenvolvidos como o Brasil foi a escalada das taxas de juros vigentes no mercado internacional de crédito e que interferem no pagamento das dívidas contraídas pelo país.

A taxa básica interbancária do mercado londrino, a que nossos empréstimos estão vinculados, atingiu cerca de 17,9% ao ano, contra 11,5% há um ano.

Por isso, calcula-se hoje que o país, durante este ano, terá de pagar, só de juros da dívida externa, mais de US\$ 8 bilhões. O que somado à prestação (amortização do principal) prevista para 1981, de US\$ 7,7 bilhões de dólares, resultaria num pagamento total aos banqueiros, entidades e governos credores do Brasil, na incrível quantia de US\$ 16 bilhões, ou cerca de 66% de nossas exportações deste ano.

Diante deste asfixiamento da economia do país, aguçou-se a polêmica entre o governo e a oposição e, também, dentro da própria oposição, sobre o que fazer. Quais as propostas que estão em discussão?

## Uma política: mais dólares, a qualquer preço

1) A proposta do regime militar — Num esforço desesperado, o regime procura empurrar o problema para a frente, comprometendo ainda mais a soberania do país e agravando a situação dos trabalhadores com sua política recessiva, a fim de atender às exigências do capital financeiro internacional no sentido de obter mais empréstimos para saldar aqueles que já venceram ou estão vencendo. Apesar de, aparentemente, recusar qualquer proposta de renegociação da dívida, o regime está na prática renegociando-a. De que forma? As palavras de um dirigente do

O governo tenta empurrar para o futuro. Alguns querem renegociar, sem explicar como. Por que não a moratória unilateral?

Marcos Gomes

Citybank (o maior credor do Brasil). Gesualdo A. Constanzo, são esclarecedoras. Disse ele: "No final do ano passado, muitos banqueiros estavam preocupados com a situação do Brasil. Mas, com a adoção da política de saneamento da economia, a perspectiva mudou e os empréstimos estão fluindo". (*Veja*, nº 678, 2/9/81)

Fica claro então, que a política recessiva, de corte dos investimentos e gastos estatais, de aumento da carga tributária, de controle do crédito e que está provocando queda na produção industrial e enorme aumento do desemprego, é definida pelo dirigente do Citybank como "política de saneamento da economia". Não há dúvidas que Constanzo expressa a opinião da grande maioria dos credores do país — os credores privados — a quem o Brasil devia, em fins de 1980, cerca de US\$ 27,9 bilhões, ou mais de 70% do total da dívida atual. Mais ainda: para captar os dólares no exterior, o regime militar, completamente desnorteado, tem firmado contratos de crédito a juros cada vez mais altos, e a prazos reduzidos.

Em suma, a política do regime militar, coerente com os interesses do grande capital internacional e nacional, é afundar cada vez mais o país para "pagar a dívida". Não há nenhum horizonte de quando ela irá ser saldada, aproveitando-se o capital financeiro internacional para jogar mais dólares no país, aumentar a exploração através do aumento dos juros e impor novas condições. Como mostra o quadro, no período 1981/85, somente aos credores privados (representados sobretudo pelos grandes bancos norte-americanos como o Citybank, o Morgan, o Chase Manhattan etc.), o Brasil terá de pagar US\$ 22,5 bilhões, fora os juros.

2) A proposta dos que pregam a "re-

negociação" — Alguns economistas da oposição têm encaminhado ultimamente a proposta de renegociação da dívida externa. O sentido da proposta de alguns deles, entre os quais Luiz Gonzaga Belluzzo e João Manoel Cardoso de Melo, não fica absolutamente claro. Há pouco tempo, em entrevista à revista *Veja*, em agosto de 1979, Cardoso assim se expressava: "... temos ainda o problema da dívida externa, que atualmente é o menos grave. E nossa dívida já é tão alta que podemos ampliá-la mais um pouco, não com a irresponsabilidade do passado, mas para atender às necessidades prementes do momento". Da mesma forma, Belluzzo, falando ao jornal *Folha de S. Paulo*, em julho de 1979, dizia que "apesar de todos os inconvenientes conhecidos — aumento da dívida interna, efeitos perniciosos sobre a inflação etc., não vejo outra solução que não a do aumento da dívida". Tais propostas refletiam um tipo de pragmatismo mais interessante ao regime do que à oposição.

Hoje eles propõem renegociação da dívida externa, sem, no entanto, deixar claro em que condições. Renegociar em que bases? Exigir simplesmente uma ampliação dos prazos de pagamento, sem tocar nos interesses do capital monopolista, solidamente consolidado em nossa estrutura econômica, e principal responsável pelo próprio endividamento? Reconhecer a "legitimidade" da dívida e discutir apenas "prazos"?

## Uma saída: suspender a saída de divisas estrangeiras

Tais propostas lembram outras, nas

quais a principal preocupação parece ser a de pretender ajudar o regime a superar a crise econômica, como se não existissem classes exploradoras e exploradoras, burguesia e proletariado, exploração imperialista etc. Isto é, como se a crise atingisse a todos da mesma maneira (ou a quase todos) e que a forma de superá-la fosse também comum. Ou como se a oposição fosse obrigada a raciocinar dentro dos marcos impostos pelo regime atual.

3) A proposta de uma **moratória unilateral**, ou seja, a suspensão imediata dos pagamentos em divisas estrangeiras. O eixo dessa solução é não assumir nenhum tipo de compromisso com o regime militar e estabelecer um programa imediato capaz de eliminar as causas que provocam o atual estrangulamento externo da economia brasileira. A solução não está em "buscar mais dólares a qualquer preço", como faz o regime, e nem propor "menos dólares e mais tempo", como pretendem alguns, como se fosse possível chegar a um arregalo pacífico com o capital financeiro. É necessário romper o próprio círculo vicioso do endividamento. É necessário não somente eliminar o déficit comercial (como apregoa o regime), mas também os déficits provocados por outros itens da balança de serviços, como remessas de lucros e dividendos, transportes de mercadorias, pagamentos por assistência técnica etc. Enfim, uma proposta de combate à submissão ao capital monopolista internacional e nacional, o principal agente do endividamento, pois é ele que em grande parte contrai os empréstimos e que também cria desequilíbrios no balanço de pagamentos do país.

A proposta de uma moratória unilateral do Brasil face aos seus credores significa o enfrentamento direto com o capital monopolista e certamente acarretará o corte imediato do fluxo de dólares para o país, proveniente de entidades internacionais, agências de governos capitalistas e de credores privados. Ela se conjuga, obviamente, com a luta pela substituição do atual regime militar, incapaz de adotar tal medida e de buscar uma via popular e democrática para a superação da crise econômica.

## O maior peso da dívida cai no curto prazo

E 70% dela é com os bancos privados

Quanto o Brasil teria de pagar (em US\$ milhares)	1981	1982	1983	1984	1985	Total 1981/85	% sobre o total
Para as Entidades Internacionais	275	327	306	282	270	1.460	4,6
Para as Agências de Governos Estrangeiros	1.827	1.425	1.195	864	687	5.998	19,1
Para os Credores Privados (bancos)	5.442	5.013	4.562	3.728	3.805	22.550	71,9
Para outros Credores	118	286	173	479	324	1.380	4,4
Total dos Pagamentos (não estão incluídos os juros)	7.662	7.051	6.236	5.354	5.086	31.359	100,0

Fonte: Banco Central — Separata, abril/1981